

Proposta brasileira de pagamento dos juros não agrada a banqueiros

por Christina Lamb e
Stephen Fidler
do Financial Times

O Brasil suspendeu parcialmente sua moratória de dezoito meses no pagamento de dívida, anunciou a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, na segunda-feira.

O passo, uma aparente mudança de estratégia, reflete o desespero do Brasil para acabar com seu isolamento da comunidade financeira internacional, que resultou na redução de linha de crédito para o comércio externo e de financiamento interbancário, além de atrasos na obtenção de créditos do Banco Mundial.

Nos três primeiros meses do próximo ano, o governo brasileiro pagará 30% dos juros sobre os US\$ 63 bilhões devidos aos bancos comerciais estrangeiros. Zélia Cardoso de Mello descreveu o pagamento de US\$ 489 milhões a ser feito no primeiro trimestre como "um gesto de boa vontade para mostrar que estamos interessados em negociar".

A decisão de reiniciar pagamentos parciais de juros foi transmitida ao Comitê



William Rhodes

de Assessoramento Bancário em Nova York na noite de segunda-feira por Jório Dauster, o principal negociador de dívida do Brasil. Mas não houve mudanças na proposta básica para converter a dívida em bônus de longo prazo, que o comitê já classificou de "sem condições de começar".

REAÇÃO NEGATIVA

Os banqueiros reagiram negativamente à nova posição. William Rhodes, executivo sênior do Citicorp e presidente do Comitê de Assessoramento Bancário,

declarou: "Embora acolhendo com agrado a intenção de reiniciar os pagamentos parciais, os bancos ainda estão decepcionados com o fato de que o governo do Brasil ainda se recusa a tratar dos atrasos de juros. Permanece uma ampla diferença entre o comitê e o governo brasileiro".

Os juros atrasados do Brasil totalizam US\$ 8,3 bilhões. Os bancos querem alguma redução deste valor antes do prosseguimento das conversações sobre uma ampla reestruturação da dívida.

Os banqueiros disseram que, segundo a proposta brasileira, somente pequenos pagamentos seriam efetuados em janeiro e fevereiro, deixando 85% dos US\$ 438 milhões a serem pagos no fim de março.

Conforme os banqueiros, a controversa posição do Brasil de não tratar dos atrasos antes de um acordo abrangente e de não realizar pagamentos em 1990 não foi alterada pela nova proposta.

MESMA TÁTICA

Marcos Caramuru, porta-voz do Ministério da Economia brasileiro, afirmou ontem: "Esta não é

uma mudança de tática, mas simplesmente uma proposta nas negociações à qual esperamos que os bancos responderão".

Ele compara a proposta à situação na Argentina, que está fazendo pagamentos parciais de juros antes de um acordo final e está recebendo créditos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Clube de Paris.

O Brasil assinou uma carta de intenções com o FMI em setembro para um crédito "stand-by" de US\$ 2 bilhões, mas isso nunca foi aprovado pela diretoria, por falta de progresso nas negociações da dívida. Agora, é considerada "letra morta" porque o País não cumpriu as metas. Mas o Brasil quer fechar rapidamente um novo acordo para facilitar sua passagem pela atual crise econômica.

Entretanto, a posição negociadora do governo brasileiro foi obstruída por uma resolução do Senado, aprovada na segunda-feira, que proíbe qualquer pagamento de juros atrasados sem a aprovação da legislatura, uma medida iniciada ironicamente pelo governo para garantir o consenso nacional.